

2014

Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Relatório do processo de facilitação e registro dos encaminhamentos sobre a metodologia de funcionamento.

Registro dos encaminhamentos sobre a metodologia de funcionamento.
Produto 03- Contrato PC-1BR-2013-01-001
Consultora Responsável: Graziella Rocha.



Secretaria Nacional de Justiça
Ministério da Justiça



Consultora: **Graziella do Ô Rocha**

Entidade: Ministério da Justiça - SNJ

Número e Título do Projeto: BRA/11/X63 - Suporte à Secretaria Nacional de Justiça para o aprimoramento da implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Produto 03: Relatório do processo de facilitação e registro das discussões e dos encaminhamentos acordados no CONATRAP sobre a metodologia de funcionamento proposta.

Local e data: Brasília-DF, 09 de março de 2014.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Graziella do O Rocha", is written over a horizontal line.

Graziella do O Rocha

Apresentação

Neste relatório apresentam-se os registros das discussões e dos encaminhamentos acordados no Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP) sobre a metodologia de funcionamento proposta.

A proposição de uma metodologia de funcionamento para o CONATRAP se insere no escopo das atribuições previstas em consultoria contratada no ano de 2013, em parceria entre a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, no âmbito do Projeto de Cooperação BRA/X63.

O objetivo da consultoria é proporcionar suporte à SNJ para o desenho da estrutura metodológica do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Para tanto, foi elaborado um projeto, dividido em 07 (sete) produtos complementares, que abarcam aspectos diferentes da arquitetura do CONATRAP: como a definição das representações, a proposição de um método de diálogo social e de um modelo de funcionamento que considere as peculiaridades desse espaço plural na sua composição e com caráter essencialmente intersetorial no âmbito de suas atribuições. São os seguintes produtos desenvolvidos:

- Produto 01: Desenho da metodologia para indicação dos representantes para o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;

- Produto 02: Desenho da metodologia para o funcionamento do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas a partir do diálogo com os atores sociais relevantes e interessados no Comitê, incluindo a previsão de existência de Grupos de Trabalho;

- Produto 03: Relatório do processo de facilitação e registro das discussões e dos encaminhamentos acordados no CONATRAP sobre a metodologia de funcionamento proposta.



- Produto 04: Minuta de regimento interno do CONATRAP, desenhada conforme a metodologia validada, as atribuições previstas no Decreto de sua criação e o diálogo realizado com os representantes do Comitê.

- Produto 05: Registro do planejamento estratégico do CONATRAP — primeiro mandato, e relatório do processo de facilitação e registro das discussões e dos encaminhamentos acordados sobre o tema.

- Produto 06: Desenho do Guia do Membro do Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: documento orientador sobre o papel e atribuições dos membros dos comitês e a relevância destes espaços, nos três níveis de governo.

- Produto 07: Relatório dos trabalhos e encaminhamentos do Comitê Nacional, incluindo avaliação da efetividade da metodologia, com lições aprendidas e recomendações para aperfeiçoamento do mecanismo de diálogo social.

Este documento se refere ao Produto 03, da consultoria supramencionada e seu conteúdo dialoga diretamente com aquele desenvolvido no Produto 02, referente ao Projeto Metodológico CONATRAP. Alicerçado na Gestão Integrada da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e com orientações da Coordenação Tripartite de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, formada por representantes da SNJ, SENASP, DPF e DPRF do Ministério da justiça, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República desenvolveu-se uma proposta de estrutura organizacional, com sugestão de dinâmica de funcionamento e dos procedimentos e instrumentos a serem adotados para a condução das atividades do CONATRAP.

Os debates sobre a proposta metodológica ocorreram durante a I Reunião Ordinária do CONATRAP, realizada nos dias 30 e 31 de janeiro de 2014, em Brasília/DF. A elaboração deste relatório se deu com base na memória das facilitações e palestras realizadas e contou com o apoio do documento de



transcrição *ipsis verbis* produzido por estenotipista contratada para o registro da Reunião¹.

Este documento e seus anexos retomam os principais momentos da I Reunião Ordinária que abordaram componentes da arquitetura da metodologia de funcionamento do CONATRAP. Os relatos das atividades foram sistematizados de modo a destacar os debates e os encaminhamentos acordados sobre o tema.

O relatório está dividido em 08 (oito) seções, além desta apresentação e dos anexos que constam, um roteiro de agenda para o CONATRAP, as listas de presença dos dois dias de atividades e as apresentações utilizadas nos processos de facilitações dos debates sobre a metodologia proposta.

Na seção I, descreve-se a estrutura da Reunião, a sua pauta e a lista dos participantes.

Na seção II, aborda-se o momento de apresentação e debate sobre o conceito de tráfico de pessoas adotado pela Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A seção destaca os principais aspectos da abordagem realizada pelo facilitador da atividade, Sr. Paulo Abrão, Secretário Nacional de Justiça e Presidente do CONATRAP e as contribuições realizadas pelos membros como pontos de atenção na definição do fenômeno do tráfico de pessoas. Tal debate é de suma importância à metodologia do CONATRAP porque reflete diretamente na definição das prioridades e nas ações que serão desenvolvidas em sua primeira gestão.

Na seção III abarcam-se os principais aspectos da palestra realizada pela consultora do Ministério da Justiça, em parceria com o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC), Graziella Rocha, sobre a estrutura de funcionamento do CONATRAP com ênfase na metodologia adotada para a indicação e eleição dos membros e da formação da estrutura administrativa composta por: plenário, secretaria executiva, Comissões Permanentes (CPs) e Grupos de Trabalho (GTs) formados para o desenvolvimento de suas atividades.

¹ Documento disponibilizado pela Coordenação Nacional de ETP para a realização deste relatório.



Na seção IV- apresenta-se o roteiro da dinâmica realizada para o alinhamento de expectativas dos membros e dos debates realizados sobre o escopo e limites da atuação do CONATRAP.

Na seção V- demonstram-se os resultados do Planejamento Estratégico produzido pelo CONATRAP em oficina própria com diretrizes para a sua atuação no primeiro biênio de sua gestão.

Na seção VI- aborda-se a dinâmica realizada para a pactuação do Contrato de Grupo, um acordo de ordem simbólica proposto na metodologia de funcionamento para organizar as regras de convivência do grupo antes, durante e após as reuniões. Porém a atividade não obteve aderência do grupo.

Na seção VII- indicam-se os instrumentos acordados, pelo Plenário, para a comunicação externa e interna do CONATRAP, com indicação da logomarca; do grupo virtual de comunicação, do *website* e da plataforma digital;

Por fim, na seção VIII- se produz uma análise crítica do processo de facilitação da metodologia com indicações de pontos que podem ser incorporados à dinâmica do CONATRAP e recomendações de aperfeiçoamento do processo.



Sumário

<u>APRESENTAÇÃO.....</u>	<u>3</u>
<u>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</u>	<u>8</u>
<u>I- ESTRUTURA DA I REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONATRAP.....</u>	<u>9</u>
<u>II- DEBATES INICIAIS SOBRE O CONCEITO DE TRÁFICO DE PESSOAS.....</u>	<u>12</u>
<u>III- ALINHAMENTO DE EXPECTATIVAS E CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DO CONATRAP... </u>	<u>24</u>
<u>IV-PROPOSTA CONTRATO DE GRUPO.....</u>	<u>37</u>
<u>V- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....</u>	<u>38</u>
<u>VI- ESTRUTURA FUNCIONAL E ADMINISTRATIVA.....</u>	<u>40</u>
<u>VII- COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....</u>	<u>49</u>
<u>VIII- CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE FACILITAÇÃO E REGISTRO DAS DISCUSSÕES E DOS ENCAMINHAMENTOS ACORDADOS NO CONATRAP.....</u>	<u>51</u>
<u>ANEXOS.....</u>	<u>57</u>



Lista de Abreviaturas e Siglas

ASBRAD- Associação Brasileira de Defesa da mulher, da Infância e da Juventude.
ASTRAL-GO- Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás.
CONAPIR- Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial.
CONATRAE- Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.
CONATRAP- Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
COMIGRAR- 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio.
DEJUS- Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação.
ETP- Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
GTs- Grupos de Trabalho.
MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
MJ- Ministério da Justiça.
MS- Ministério da Saúde
MTE- Ministério do Trabalho e Emprego
MTUR- Ministério do Turismo
NETP/PE- Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Pernambuco
NETPs- Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
OEA- Organização dos Estados Americanos.
PAAHMs- Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante.
SDH- Secretaria de Direitos Humanos.
SEPPIR- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
SNJ- Secretaria Nacional de Justiça.
SODIREITOS- Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais e Migratórios na Amazônia.
SPM – Secretaria de Política para as Mulheres.
UNODC- Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime.



I- Estrutura da I Reunião Ordinária do CONATRAP

A I Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP) ocorreu nos dias 30 e 31 de janeiro de 2014 nas dependências do Hotel Carlton Brasília – Sala Trianon Setor Hoteleiro Sul, Qd. 5, Bl. G Brasília, DF.

Os painéis da Reunião foram preparados pela Coordenação Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas, órgão vinculado a Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça com o suporte desta consultoria. Esta Reunião possuía do desafio maior de ser o primeiro momento em que os membros do CONATRAP se reconheciam nesta posição e de desenhar as principais diretrizes do modelo de funcionamento do CONATRAP.



Imagem 1- 30/01/2014- Primeiro dia I- Reunião Ordinária do CONATRAP.

A Reunião ocorreu em dois dias, em 04 turnos, matutinos e vespertinos. As atividades realizadas contaram com palestrantes convidados, debates do plenário e

oficina de Planejamento Estratégico. O encerramento das atividades aconteceu às 19 horas do dia 31 de janeiro de 2014.

Pauta da Reunião

A agenda de debates e atividades seguiu o quadro abaixo:



Pauta da I Reunião do CONATRAP

Dia 30/01/2014

Manhã

Painel 1: O CONCEITO DE TRÁFICO DE PESSOAS/ Palestrante: Paulo Abrão, Secretário Nacional de Justiça

Painel 2: O MODELO DE GESTÃO INTEGRADADA POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

Palestrante: Fernanda dos Anjos, Diretora do DEJUS

Painel 3: O PLANO HEMISFÉRICO DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS/ Palestrante: Paulina Duarte, Diretora do Departamento de Segurança Pública da OEA

Painel 4: APRESENTAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA/ Facilitadora : Heloisa Greco, Coordenadora da CETP

Tarde

Painel 5: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA/ Palestrante: Daniel Avelino, Secretária Geral da Presidência da República

Painel 6: CONFERÊNCIA NACIONAL DE MIGRAÇÕES E REFÚGIO/ Palestrante: Jana Pettacia-Secretária Executiva da COMIGRAR

e João Guilherme Granja – Diretor do Departamento de Estrangeiros.

Painel 7: APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA METODOLÓGICA DO CONATRAP /Palestrante: Graziella Rocha, consultora UNODC/SNJ

Painel 8: ALINHAMENTO DE EXPECTATIVAS ENTRE OS MEMBROS DO CONATRAP/ Facilitadora: Graziella Rocha, consultora UNODC/SNJ

Dia 31/01/2014

Manhã

Painel 9: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CONATRAP/ facilitadoras: Graziella Rocha consultora UNODC/SNJ e Ofélia Ferreira

Tarde

Painel 10: APRESENTAÇÃO DE DIRETRIZES DO REGIMENTO INTERNO/ Facilitadora: Graziella Rocha Consultora MJ/UNODC

DEBATE: Tráfico de Pessoas e Copa do Mundo - Tema incluso na pauta por solicitação dos membros.

Painel 11: DEFINIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES E DOS GRUPOS DE TRABALHO/ Facilitadora: Fernanda dos Anjos, Diretora do DEJUS

AVALIAÇÃO DA REUNIÃO E DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DAS PRÓXIMAS REUNIÕES
Facilitadoras: Fernanda dos Anjos e Heloisa Greco

Relação dos participantes²:

Entidade/Organização	Membros	
Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça	Titular	Paulo Abrão Pires Júnior
	Suplente	
Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça	Titular	Beatriz Cruz da Silva
Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça	Titular	Tatiane da Costa Almeida
Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça	Titular	Fabício Silva Rosa
Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República	Titular	Aline Yamamoto
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Titular	Rodrigo Morais Lima Delgado
	Suplente	Paloma Morais Correa
Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás - ASTRAL - GO	Titular	Roberta Fernandes de Souza
Davida - Prostituição Direitos Civis Saúde	Titular	Maria Aparecida Menezes Vieira
Instituto Aliança com o Adolescente	Titular	Maria das Graças Sé Gadelha
Projeto Trama - Organização de Direitos Humanos Projeto Legal	Titular	Michelle Gueraldi
Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos	Titular	Estela Márcia Rondina Scandola
Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia - SODIREITOS	Titular	Marcel Theodoor Hazeu
Universidade Tiradentes - UNIT	Titular	Waldimeiry Corrêa da Silva
Conselho Nacional de Assistência Social	Titular	Nilsia dos Santos
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Titular	Maria das Dores do Rosário Almeida
Comissão Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo	Titular	José Armando Fraga Diniz Guerra
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Titular	Eliane da Silva Souza
Conselho Nacional de Imigração		
	Suplente	Rinaldo Gonçalves de Almeida
Conselho Nacional de Segurança Pública	Titular	Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
Conselho Nacional de Turismo	Titular	Adelino Silva Neto
Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Titular	Maria Guilhermina da Cunha Salasario
Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante	Titular	Juliana Felicidade Armede
	Suplente	Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza
Comitês Estaduais e do Distrito Federal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Associação Brasileira de Defesa Da Mulher, da Infância e da Juventude - ASBRAD	Titular	Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo

² A cópia da lista de presença com as respectivas assinaturas está no anexo I deste documento.

Observadores e convidados externos (em ordem alfabética):

Bandana Pattanaik (Coordenadora Internacional Da Aliança Global Contra Tráfico De Mulheres/Gaatw)
Daniel Avelino (Secretaria-Geral Da Presidência Da República)
Fernando Garcia Robles – (Departamento De Segurança Pública/OEA) -
Graziella Rocha (Consultora/MJ/UNODC)
Heloísa Greco (Coordenadora De Enfrentamento Ao Tráfico De Pessoas)
Jana Petaccia (Departamento De Estrangeiros)
João Guilherme Granja (Diretor Do Departamento De Estrangeiros)
Katia Dantas (Diretora LAC/ICMEC)
Luciclea Souza e Silva (Coordenação De Enfrentamento Ao Tráfico De Pessoas/Mj)
Mariana Carvalho (Departamento De Justiça/Secretaria Nacional De Justiça/Mj)
Nilce Cunha Ferreira (Ministério Público Federal)
Ofélia Ferreira (Consultora convidada)
Paulina Duarte (Diretora Do Departamento De Segurança Pública/OEA) –

Neste relatório apresentam-se os debates e encaminhamentos realizados nos painéis 01, 04, 07, 08 e 11, aqueles em que foram debatidos e deliberados aspectos relativos à metodologia de funcionamento do CONATRAP.

II- Debates iniciais sobre o conceito de Tráfico de Pessoas

A fim de criar um ambiente propício ao debate sobre a metodologia de funcionamento do CONATRAP o primeiro painel da Reunião buscou suscitar a reflexão acerca do conceito de Tráfico de Pessoas adotado na Política Nacional. O momento foi facilitado pelo Sr. Paulo Abrão, Secretário Nacional de Justiça e presidente do CONATRAP, que palestrou sobre o marco político e administrativo que propiciou a articulação da Política Nacional e deram subsídios à criação do

CONATRAP, enfatizando alguns desafios do conceito de Tráfico de Pessoas adotado pela Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (ETP). O objetivo da palestra foi realizar uma breve harmonização de conhecimentos sobre o tema do Tráfico de Pessoas e promover apontamentos acerca das necessidades prementes de atenção do CONATRAP, com relação ao fenômeno e ao seu trato, enquanto política pública. A seguir, ressaltam-se os principais pontos abordados na palestra.

2.1- Cronologia da Política Nacional de ETP:

Em relação aos principais fatos que marcaram a construção da Política Nacional de ETP o Sr. Paulo Abrão destacou:

Em 2002, a publicação da Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (PESTRAFF) representou àquela altura um grande esforço da sociedade civil e universidades para chamar atenção para um tema até então bastante desconhecido da sociedade brasileira trazendo indicações sobre os perfis das vítimas e as principais rotas usadas pelos traficantes e aliciadores para fins de tráfico de pessoas.

Em 2006, houve o lançamento da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas sancionada pelo Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006. Os debates sobre a Política Nacional de ETP tiveram início ainda em 2005 e foram fruto de um processo participativo que ocorreu ainda em 2005, naquela época envolveu 14 ministérios na sua elaboração, além do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Trabalho, dos organismos internacionais e representantes da sociedade civil.

Em 2008, pela primeira vez houve a previsão no PPA no âmbito do PRONASCI, permitiu que o tema chegasse à esfera de planejamento governamental no PPA 2008/2011, e fosse replicado no PPA 2012/2015, em 2 macros Objetivos Estratégicos (0825 - Aprimorar o combate à criminalidade e OBJETIVO: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência).

Em 2009, o Ministério do Desenvolvimento Social: Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Sócio-assistenciais, organizados por níveis de complexidade do Sistema Único da



Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, prevendo a atenção a vítimas de tráfico de pessoas.

No mesmo ano, o Ministério da Justiça lança a Portaria SNJ nº 31, de 20 de agosto de 2009 que define as atribuições dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante. Os Núcleos tem o papel de ser o órgão executivo da Política Estadual e descentralizador das ações nacionais em nível federativo. Os Postos como estrutura de apoio e atendimento nos principais locais de entrada e saída do Brasil, para a recepção de pessoas, evidentemente tentando dar aí um acolhimento humanizado por equipes multidisciplinares, essa é a vocação instituída nos atos normativos.

Em 2010, o Conselho Nacional de Imigração, cria a Resolução Normativa CNIg nº 93, de 21 de Dezembro de 2010, que dispõe sobre a concessão de visto permanente ou permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima do tráfico de pessoas.

Em 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria de Direitos Humanos - Portaria Interministerial nº 2, de 12 de maio de 2011, aprova a Tipificação Nacional de Serviços Sócio-assistenciais, organizados por níveis de complexidade do Sistema Único da Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, prevendo a atenção a vítimas de tráfico de pessoas.

Ainda em 2011, o Ministério da Saúde com as suas portarias sobre dispõe sobre o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) que coleta dados de violência doméstica, sexual e/ou outras formas de violência como o tráfico de pessoas. Portarias nº 3.252, de 22 de dezembro de 2009 e nº 104, de 254 de janeiro de 2011.

Em 2013, houve o lançamento do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Decreto nº 7.901 de 04 de fevereiro de 2013). No qual estão descritas 115 metas, que deverão ser implementadas por 17 Ministérios com a sua



previsão de abrangência para quatro anos. O II Plano Nacional prevê, entre outras questões, o diagnóstico de necessidade de avanços nos marcos normativos.

2.2- O conceito de Tráfico de Pessoas adotado na Política Nacional de ETP.



Figura 1- Slide da apresentação conceito de tráfico de pessoas utilizado pelo Sr. Paulo Abrão, Secretário Nacional de Justiça e presidente do CONATRAP.

Sr. Paulo Abrão, presidente do CONATRAP enfatizou aspectos que corroboram para a persistência do tráfico de pessoas no Brasil. Segundo eles encontramos **fatores de ordem cultural**, como a cultura machista muito impregnada na sociedade brasileira e, muitas vezes, realçada e precisamos enfrentar essas questões relacionadas à cultura machista; os **fatores socioeconômicos** que colocam as pessoas em situação de vulnerabilidade, portanto, arriscam suas próprias vidas para uma tentativa de uma melhoria das suas condições pessoais; o fato de no Brasil termos ainda **políticas migratórias muito restritivas**.

O presidente destacou o **Estatuto de Estrangeiros** que prevê restrições da participação dos imigrantes na vida social ou na vida política ou mesmo as cláusulas impeditivas de regularização dos imigrantes dentro do território nacional, do imigrante não documentado, o que só dificulta a sua atividade de inserção social e,

portanto, o coloca à mercê de situações de vulnerabilidade, de exploração ou de invisibilidade. Enfatizou que tem feito uma crítica muito forte em torno das deficiências das respostas estatais dos países de origem, trânsito e destino do tráfico das pessoas, incluindo o Brasil; a nossa situação de termos fronteiras muito permeáveis, o que é constitutivo de um país continental com uma fronteira terrestre gigantesca e uma fronteira marítima ainda maior; e também o fato de termos políticas migratórias nos países de destino isso acaba afetando a dinâmica do tráfico internacional.

Destacou ainda os fatores de vulnerabilidades: **Violência doméstica**; a **iniquidade de gênero** ou **raça**; as questões relacionadas a **abuso sexual** intrafamiliar; a situação de **exclusão social e pobreza**; a **cultura homofóbica** muito forte ainda dentro do nosso país; o **impacto social dos modelos de desenvolvimento** que quando vemos a exploração nas áreas de baixo desenvolvimento social ou como temos visto agora nas grandes obras; e a migração como estratégia para melhorar de vida, embora o cenário hoje no Brasil seja de uma inversão de um número de emigrantes comparativamente ao de imigrantes.

Além da mudança dos fluxos migratórios, porque durante os últimos tivemos mais brasileiros saindo do que estrangeiros entrando, agora estamos tendo uma inversão e nós voltamos a ser um país hegemonicamente de imigração, tirando aqueles vinte anos, dos anos 90 e da década de 80 que a crise política do reflexo da ditadura militar e a crise fiscal, econômica neoliberal da década de 90. Então, essas duas décadas foram as únicas duas décadas da nossa historia republicana onde mais brasileiros saiam do que estrangeiros vinham, mas, historicamente, sempre fomos um país de imigração. Voltamos a ser um país de imigração, o que só eleva os nossos fatores. Nós tivemos e ainda em vigor Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Para o presidente essa é uma questão importante para nós debruçarmos em virtude da necessidade da sua atualização em algum momento, mas essa nossa política está estruturada nesses três norteadores que todos conhecem no âmbito da prevenção, da repressão e responsabilização e da assistência e da proteção.

Esta abordagem inicial, para os debates sobre a metodologia de funcionamento do CONATRAP, foi de suma importância, porque neste primeiro



momento os membros puderam apresentar e identificar questões, temas e conceitos que ainda não estão consensuados e que merecem maior atenção na condução da dos trabalhos do CONATRAP.

2.3- Contribuições do Plenário ao Debate:

Após a explanação do Presidente a palavra foi facultada ao plenário que apresentou uma série de contribuições. A atividade foi facilitada pelo presidente numa perspectiva de realização de uma rodada livre de diálogos. A seguir, destacam-se os principais aspectos das intervenções realizadas, descritos “*ipisi verbis*”³:

“As principais dificuldades na aplicação da Política hoje é uma tendência à criminalização da prostituição livre.” Por isso que é muito importante quando vamos trabalhar uma conceituação consensual dentro deste Comitê que o conceito de tráfico que está posto aqui que nos diz. A exploração da prostituição como uma forma de exploração. Pode ser exploração da prostituição, pode ser prostituição forçada, pode ser outras nomenclaturas que deixam bem claras, nós temos a prostituição livre, como profissão, outras formas de exploração sexual, eu sei que tudo isso está no Protocolo de Palermo. Mas, nós vamos trabalhar aqui com uma conceituação que nós queremos justamente desconstruir essa criminalização e marginalização dessa atividade de mercado de sexo. **(Sr. Marcel Hazeu (SODIREITOS).** “

“Outro fator na questão da exploração é: dentro do universo, por exemplo, do futebol, com meninos que estão explorados já na questão do trabalho enquanto atletas, existe um viés também da questão de um abuso, de um problema ali voltado à questão da sexualidade.” **(Sra. Juliana Felicidade Armede (Rede Nacional de Núcleos e Postos)**

³ Os trechos destacados foram retirados da transcrição da reunião, disponibilizada pelo Ministério da Justiça.



“No campo do trabalho escravo e pelo fato também de integrarmos COETRAE em São Paulo e o trabalho que fazemos, principalmente, com mulheres vítimas da exploração da mão de obra boliviana, paraguaia, enfim, nos preocupa muito hoje o que estamos ouvindo da bancada ruralista do que tange à definição do trabalho escravo. É necessário que este coletivo acompanhe o que está acontecendo, principalmente no Senado, para que não retrocedemos, para que compreendamos, para que essas pessoas compreendam o respeito e a dignidade da pessoa humana” **(Sra. Dalila Eugênia Maranhão Dias Figueiredo (ASBRAD))**.

“Eu gostaria que ficasse um pouco mais firme no sentido do conceito da exploração da prostituição do trabalho sexual, precisamos ter esse olhar nesse sentido. Já foi falado pelo Paulo, muito bem falado, há uma forma de a mídia buscar uma leitura no sentido de depreciar o que é prostituição, e hoje nós temos deputados federais que estão querendo fazer projetos que acusam o slogan do tráfico de pessoas para criminalizar a prostituição” **(Roberta Fernandes De Souza (ASTRAL/GO))**.

“Eu vejo que os impactos dos modelos de desenvolvimento aparecem como vulnerabilidades, mas do lugar de onde eu venho, da Amazônia, eu diria que ele é um dos fatores determinantes. E por quê? Porque esses projetos estão dentro de um determinado local e dentro de um território. E hoje temos visto que mulheres, crianças, comunidades inteiras indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais estão sendo obrigados a saírem desse espaço que lá estão há centenas, comunidades centenárias estão tendo de deixar esse lugar e indo, que é o processo da imigração, mas aí eu diria que não é o processo da imigração, aí é o grande projeto em si também que faz com que essas pessoas saem do seu território. Então, precisa ter um olhar diferenciado, precisa sim ser olhado com maior cuidado” **(Sra. Maria Das Dores Almeida (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM))**.



“Eu convido os conselheiros a seguirem a mesma resolução da 3ª Conferência de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR) de troca por etnoracial, uma palavra só, porque embora saibamos que a questão do jovem negro, da violência é muito séria, a palavra contempla a questão entre brancos e negros, mas nunca contemplará não apenas os povos indígenas, a sociodiversidade, mas também eu estou preocupada com a parte socioambiental, principalmente que estamos trabalhando com fronteiras, inclusive a questão dos ciganos, porque vai além da nossa preocupação, seja negro, sejam povos ciganos, sejam indígenas, sejam comunidades de povos tradicionais, como um todo, então, a minha sugestão aos conselheiros e ao Paulo porque lá nos documentos da 3ª CONAPIR nós trocamos, desde os documentos orientadores dos subsídios já havia várias formas de trabalhar, mas eu achei um ganho muito forte em todas as comissões, nas propostas foi aceita por unanimidade” **(Sra. Eliane Da Silva Souza (Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR))**.

“Sobre os fatores que favorecem o tráfico, sem dúvida nenhuma eu contemplo o que a Durica falou que é retirar o modelo de desenvolvimento das vulnerabilidades e trazer para o modelo que favorece o tráfico, ora, quando vamos ter uma grande obra, quando se faz a mecanização da cana de açúcar, mecanizou a cana de açúcar em Mato Grosso do Sul, trinta e tantas destilarias de álcool, o que aconteceu? Os povos indígenas, especialmente, terenas e guaranis, voltaram para as suas comunidades, essas comunidades não tinham mais o espaço para os homens, por quê? Porque há vinte anos que os homens saiam para trabalhar na destilaria. Onde é que eles vão? Eles vão buscar a migração para a cata da maçã, em Santa Catarina, para o corte da madeira, no Paraguai, e vão ser traficados. Então, o modelo de desenvolvimento ele é favorecedor do tráfico de pessoas, porque ele incide sobre os territórios locais. A outra questão, eu queria convidar mesmo e acho que é uma discussão que nós precisávamos que é a discussão da fronteira. Quem vive na fronteira sabe que não gostamos de ser chamados *lugar do problema*. Nós não somos o *lugar do problema*... Não, a fronteira é lugar da não implantação de serviço das políticas, da não especificidade linguística, lá é o lugar da fronteira, da riqueza, da gastronomia, da riqueza da dança, da riqueza da música, lá é a fronteira.



(Sra. Estela Scandola (Rede Feminista de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)).

“Nos condicionantes e nos fatores de vulnerabilidade e de acordo com o que foi falado agora sobre o conceito de tráfico, esse conceito amplo e essa problematização que estamos fazendo sobre os termos do tráfico que internacionalmente e propositalmente não foram definidos, talvez fosse um motivo de nós, no CONATRAP incluir na nossa pauta a legislação brasileira porque estamos no Senado com a proposta de Código Penal que não entende plenamente o nosso conceito ou o conceito proposto pela sociedade civil e a pesquisa e também grande parte da voz governamental não são atendidas por essa legislação, então quem seja esse seja o lócus para trabalharmos o conceito da legislação própria sobre tráfico de pessoas” **(Sra. Waldimeiry Corrêa (Universidade Tiradentes)).**

“...Eu quero citar outro caso de meninas que são trazidas do interior do estado para as capitais por nossas famílias, famílias de classe média, e que elas não são contempladas nesse conceito [Tráfico de Pessoas], não se trata de casamento servil, não se trata apenas de exploração sexual, trata-se de uma série de fatores que envolve inclusive a discussão do consentimento. Qual é o alcance do consentimento paterno para deixar essas meninas de onze, doze, treze anos serem levadas para casa de outras pessoas com a desculpa de que elas teriam vida melhor nessas casas de família, que ali elas vão estudar e que elas vão realizar sonhos que muitas vezes não são realizados e que lá são violentadas sexualmente” **(SR. Fabrício Rosa (Polícia Rodoviária Federal)).**

“Eu quero aproveitar os fatores que causam o tráfico de pessoas e falar um pouco das quatro tríplices fronteiras da Amazônia onde nós trabalhamos mais de dois anos e onde nós vimos a necessidade de compreender a fronteira, não como lugar onde se pratica crime, mas sim um lugar onde as pessoas constroem suas vidas, um lugar onde a tia mora, em Tabatinga, e a avó mora no Peru, atravessando o rio, mas no lugar onde existem pessoas, agentes públicos qualificados e capacitados para compreender o tráfico de pessoas, lugares como Uramutã, lugares como Gabriel da Cachoeira, e outras santas cidades que visitamos, a vulnerabilidade das



comunidades indígenas é enorme, índias macuxis, lideranças macuxis pedindo para que postos da Polícia Federal sejam implantados na própria rodovia para evitar que as meninas indígenas mantenham relações sexuais com os gasolinheiros, que vão para a Venezuela, em troca de bolacha por exemplo. Não podemos de maneira nenhuma criminalizar as pessoas que lá vivem e, sim, fortalecer as instituições que estão presentes nesses locais. **(Sra. Dalila Eugênia Maranhão Dias Figueiredo (ASBRAD))**.

“[...] O conceito de trabalho escravo no Brasil é um conceito referência mundial e justamente por isso se encontra sob ataque de diversos setores, e um dos ataques que os setores fazem é dividir ao máximo o conceito de trabalho escravo. Então, quando você discute trabalho escravo e logo depois coloca servidão por dívida, sem querer estamos fazendo a mesma coisa dos que são contra o conceito. Então, retirar servidão por dívida, trabalho escravo engloba servidão por dívida, engloba trabalho degradante, engloba jornadas exaustivas e também engloba trabalho forçado.“...Vamos ter que abrir mão um pouco desses preconceitos e discutir algumas situações que não conseguimos englobá-las na legislação... temos situações de resgate de trabalhadores do sexo que têm uma dificuldade muito grande de se assumir, até a própria Auditoria do Trabalho, até o Ministério Público do Trabalho de assumir isso enquanto relação de trabalho, logo passível de resgate, passível de seguro- desemprego”. **SR. José Guerra (Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE))**.

“Eu gostaria de colocar que homofobia e transfobia são duas coisas diferentes, porque ser homossexual é ser gay, é ser lésbica, e nem toda pessoa travesti ou transexual é lésbica ou gay.” **(Sra. Guilhermina Cunha (Conselho Nacional contra a Discriminação LGBT))**.

“[...] embora para a assistência social a tipificação penal muitas vezes possa nem ser o mais importante, até às vezes é indiferente porque para nós se houve vulnerabilidade, houve violação de direitos, como é que isso foi tipificado, se houve tráfico ou se não houve, se houve contrabando de imigrantes, enfim, houve violação de direitos é público da assistência e ponto, até para reforçarmos isso que já foi

falado relativamente ao técnico, estou pensando lá no técnico do território, o técnico no CREAS quando vai atender a vítima, até porque ele possa estar preparado: 1 - não ter uma visão moralizante sobre o trabalho sexual: 2 – respeitar a autonomia da vítima, saber compreender o sofrimento, até ajudar a resignificação da situação de violência vivenciada, eu acho realmente que essa discussão acerca do consentimento do que vem a ser o consentimento e a invisibilidade do consentimento na nossa legislação penal brasileira, ao contrário de Palermo, é algo que pode ajudar e pode esclarecer bastante o trabalho do assistente social no território.” **Sra. Paloma Morais Correa (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome).**

“Como tirar da invisibilidade essas questões de exploração? Uma das formas que vemos dentro pelo menos do Ministério do Trabalho como uma possibilidade de avanço, também como foi falado aqui sobre a cadeia produtiva, sempre tentarmos enxergar essa exploração dentro do possível sob uma perspectiva de setor econômico. Eu sou coordenador nacional da área marítima aquaviária e nós começamos a ver já alguns anos, por exemplo, na pesca do norte do Brasil existe uma superexploração lá e mesmo entre os inspetores do trabalho há uma enorme dificuldade entre os inspetores especializados nesse setor econômico de enxergar aquela exploração como trabalho escravo **Rinaldo Almeida (Conselho Nacional de Imigração).**

“[...] nos fatores de vulnerabilidades, eu sugiro que ou se coloque iniquidades de gênero e racismo, porque acho importante dizermos qual é a iniquidade da raça ou etnoracial, a iniquidade é do racismo. **Sra. Verônica Lourenço (Conselho Nacional De Saúde).**

“Eu queria voltar um pouco na questão das fronteiras de considerar as nossas fronteiras que efetivamente são permeáveis como um fator que efetivamente favorece o tráfico de pessoas. “[...] A fronteira precisa necessariamente ser considerada como espaço de grande pluralidade cultural e que tem muito a oferecer para o país, ela também representa, e não só no Brasil, como qualquer outro país



que tenha a extensão que temos que é continental, a extensão territorial das nossas fronteiras tanto as fronteiras secas, como as fronteiras marítimas, representa assim um problema no enfrentamento a todos os crimes que de alguma forma sejam transacionais, tráfico de drogas, tráfico de pessoas.” **(Sra. Beatriz Cruz (Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)).**

[...] temos que pensar que o que consideramos como forma de exploração, a exemplo da adoção, a adoção não é uma forma de exploração, a adoção é um direito de uma criança, então, pensar o que é exploração quando falamos de adoção ilegal para nós não sobrepomos políticas, não sobrepomos políticas que estão sedimentadas e que, na verdade, sedimentadas e como qualquer outra tem falha, política de adoção no Brasil tem falha, isso gera eventualmente algo que joga uma situação aí sim de pensarmos a partir dessa situação no tráfico. Outro fator que, falando também de conceitos e vulnerabilidades, temos que tomar a atenção para situações, por exemplo, pensar em fatores de vulnerabilidades que são fatores ligados a situações fenomênicas já sedimentadas no sistema de justiça e de lei no Brasil como a questão da mula do tráfico de drogas, o quanto isso já está sedimentado sob o ponto de vista de uma inexistência de diálogo para que se compreenda que às vezes alguém pode sim ter sofrido uma coação ilegal para traficar drogas e isso gerar, portanto, uma situação de debate se aquela pessoa ou não de fato foi vítima de tráfico, se deve responder por isso ou não. **Sra. Juliana Felicidade Armede (Rede Nacional de Núcleos e Postos).**

2.4- Resumo das colocações do Plenário sobre o conceito de Tráfico de Pessoas:

- ✓ Atenção para não criminalização da prostituição livre;
- ✓ Atenção para o recrutamento de jogadores de futebol como forma de exploração;
- ✓ Utilização da categoria etnoracial. Orientações da 3ª CONAPIR;
- ✓ Atenção aos povos indígenas especialmente terenas e guaranis;



- ✓ Atenção para os debates legislativos e para a necessidade de elaboração de legislação própria de TDP;
- ✓ Atenção para a necessidade de aprofundar o debate relacionado ao consentimento;
- ✓ Utilizar a categoria “Trabalho Escravo” englobando servidão por dívida, trabalho degradante, jornadas exaustivas e também trabalho forçado;
- ✓ Atenção para a diferença entre as categorias homofobia e transfobia;
- ✓ Atenção para a exploração nos setores marítimos aquaviários;
- ✓ Atenção para a relação entre TDP e as mulas do Tráfico de Drogas; e
- ✓ Atenções para as populações das regiões de fronteiras em especial para a abordagem negativa que é dada a essas localidades sempre vistas pelas políticas como lócus problemático, propício para a realização de crimes e pouco abordada numa perspectiva de valorização da diversidade cultural.

III- Alinhamento de Expectativas e considerações sobre as atribuições do CONATRAP.

3.1- Apresentação das atribuições do CONATRAP

No painel 8 foi realizada pela consultora do MJ/UNODC, Graziella Rocha, uma atividade para o alinhamento das expectativas dos membros com relação às competências, limites e potencialidades do CONATRAP. A atividade desenvolvida relaciona-se com a metodologia de funcionamento uma vez que são os interesses defendidos, somados as capacidades técnicas e as atribuições legais que darão a dinamicidade da atuação do CONATRAP. Este momento foi incorporado na estrutura da I Reunião, para propiciar a reflexão sobre qual o papel que o CONATRAP pode e deve desempenhar no âmbito da Polícia Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas, de modo a produzir apontamentos de ações que devem ser realizadas e de propiciar a compreensão que existem limites inerentes ao espaço. O momento foi facilitado como no modelo de seção de “*tempestades de ideias*” buscando-se evitar a realização de julgamentos quanto as expectativas apresentadas. Os membros presentes puderam falar livremente e no momento em que se sentissem mais a vontade.



A atividade teve início com a leitura das atribuições do CONATRAP previstas no seu decreto.



Decreto nº 7.901 de 04 de fevereiro de 2013:

II - Desenvolvimento de estudos e ações sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas;

III – Acompanhamento da implementação dos planos nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas;

IV – Articulação das atividades do Conatrap àquelas dos conselhos nacionais de políticas públicas que tenham interface com o enfrentamento ao tráfico de pessoas, para promover a intersetorialidade das políticas;

V - Articulação e apoio técnico aos comitês estaduais, distrital e municipais de enfrentamento ao tráfico de pessoas na definição de diretrizes comuns de atuação, na regulamentação e no cumprimento de suas atribuições;

Comitê Nacional de
ENFRENTAMENTO AO
TRÁFICO DE PESSOAS
CONATRAP



Figura 9- Slide alinhamento de expectativas utilizado pela Sra. Graziella Rocha consultora MJ/UNODC.

No curso da leitura das atribuições a facilitadora forneceu verbalmente alguns exemplos sobre o que os membros podem e não podem esperar do CONATRAP.

O que esperar do CONATRAP?

- Um espaço para amadurecimento de temas afetos ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e disseminação de conteúdos;

- Um espaço para consolidação da participação social no âmbito do ETP, com vistas à articulação com estruturas semelhantes em outros níveis da federação, bem como com outras instâncias participativas do governo federal;

- Uma instância de controle da implementação dos Planos Nacionais de ETP, com o intuito de identificar atrasos, dificuldades e omissões, além de acionar os atores devidos para o efetivo cumprimento das metas;

- Uma instância de concertação política.

Igualmente a facilitadora apresentou exemplos que fogem a atribuição do CONATRAP e que se não estiverem claros, para os seus membros e a sociedade, podem frustrar expectativas e promover a sensação de inoperância do espaço.

O que não esperar do CONATRAP?

- Um espaço que tem competência para alterar a legislação brasileira relacionada ao Tráfico de Pessoas (competência do Poder Legislativo);

- Um espaço para investigação de casos de Tráfico de Pessoas (competência da Polícia e do Ministério Público Federal)

- Um espaço destinado ao atendimento direto e acolhimento de vítimas de ETP (Competência dos órgãos da macrorede de ETP).

- Um espaço de execução de ações constantes dos programas, planos e projetos relacionados ao tema do ETP (competência dos órgãos do Poder Executivo com mandato específico).

3.2- Contribuições do Plenário ao Debate:

Feitas as ponderações supramencionadas a facilitadora abriu para o debate dos membros sugerindo que os mesmos respondessem as seguintes perguntas:

- *O que a instituição que eu represento espera do CONATRAP?;*
- *O que o CONATRAP pode esperar da instituição que eu represento?*



A palavra foi facultada para quem dela quisesse fazer uso sendo as seguintes intervenções realizadas (transcritas *ipsis verbis*):

SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE (Rede Nacional de Núcleos e Postos) –

“O que nós esperamos da CONATRAP, nós esperamos que primeiro exista uma compreensão do papel de núcleos e de postos, e que a partir desta compreensão, de fato exista uma transversalidade, nós possamos integrar mais e mais o trabalho que os núcleos e os postos fazem, às vezes, e por muitas vezes isolados nos seus estados, agora de uma esfera muito mais próxima com essas instituições que são federais. O que o CONATRAP pode esperar das instituições que eu represento? Ou seja, o que vocês podem esperar da Rede de Núcleos e Postos? A Rede de Núcleos e Postos com certeza vai estar mais do que aberta, porque é uma carência, no melhor sentido da palavra, ou seja, uma ânsia que a rede tem que é de buscar se aproximar das instituições que estão sentadas nesta mesa, e de muitas outras, que ainda que não sentadas nessa mesa estão ligadas a vocês de maneira direta ou indireta, seja no âmbito de outros ministérios, seja no âmbito de outros órgãos de Justiça, enfim, outros conselhos, e até mesmo da sociedade civil, que não está aqui.”

SRA. MARIA DAS DORES ALMEIDA (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)) –

“A instituição que eu represento, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, espera do CONATRAP que todo o trabalho desenvolvido, todo o debate, ele caminhe na perspectiva de gênero, raça e etnia, e que não seja só em áreas, em locais específicos, mas na especificidade do Brasil olhar o Brasil como um todo, olhar essa realidade que existe, e o que o CDM pode contribuir. Nós podemos estar contribuindo em forma de trazer esse debate, porque como eu falei anteriormente, ainda é uma debate tímido dentro do CDM, o tráfico de pessoas, especificamente de mulheres, e como que nós podemos estar contribuindo também hoje, o CDM, todo os conselhos do Brasil que existem são interligados em rede, e através dessa rede nós podemos estar divulgando as ações do próprio CONATRAP, e assim como trazendo as demandas. Eu como representante até... Eu não vou ficar diretamente, mas a representação do CDM aqui está trazendo essas demandas, principalmente das áreas de fronteiras do Brasil, para cá”.



SRA. GRAÇA GADELHA (Instituto Aliança) – “Bom, na verdade, o que nós temos de expectativa é que afinal de contas um colegiado nacional que trate desse tema consiga discutir a questão da criança e do adolescente. Esse para nós tem sido, ao longo de pelo menos uma década do Instituto Aliança nessa área, que é o desafio do atendimento dos casos de crianças e adolescentes em situação de tráfico, principalmente para fim de exploração sexual. E a nossa expectativa é de que a nossa contribuição venha no sentido de buscar essa metodologia de coleta de dados, de atendimento, de unificação dessa base de dados em função das diferentes portas de entrada hoje que no Brasil atendem esse perfil de público, e a definição de fluxos e procedimentos voltados para essa população, e fazendo também a interface das iniciativas do CONATRAP com os diversos planos nacionais, principalmente o da violência sexual na questão da exploração sexual”.

SRA. ESTELA SCANDOLA (*Rede Feminista de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos*) – “ Bom, eu vou falar acho mais do que a Rede Feminista pode contribuir, primeiro na perspectiva de não vitimização das mulheres em situação de tráfico, e conseguir neste Colegiado que nós discutamos essas mulheres como sujeitas de direitos, sobretudo com mulheres que não são vulneráveis, pelo contrário, são mulheres fortes, e exatamente porque são fortes foram traficadas, porque assumiram a responsabilidade de sustento, de viagem e de tudo, então, eu acho que esse debate, para nós, é muito caro. A outra coisa que nós podemos trabalhar muito junto são as convenções internacionais e as obrigações do Brasil com essas convenções, porque a Rede Feminista tem esse histórico de fazer o monitoramento das convenções, especialmente de CEDAW. Do ponto de vista do que nós esperamos do Comitê, é um debate firme sobre a responsabilização das empresas no tráfico de pessoas, e por outro, não nos deixarmos levar pela rapidez das respostas em detrimento das questões estruturais do enfrentamento do tráfico. O tema da Copa é importante, mas o tema do modelo de desenvolvimento é mais importante que o da Copa”.

SRA. ROBERTA FERNANDES (ASTRAL/GO) – “Bem, o que a Instituição Astral, que eu represento, espera do CONATRAP? Muitas vezes eu estou nesta mesa



olhando assim, eu vejo todas as pessoas trans, sejam elas travestis, transexuais, que estão inviabilizadas, sentadas aqui comigo. Então, o que a Astral espera realmente é que essas pessoas apareçam nessa invisibilidade deste crime, que é o tráfico de pessoas. Muitas vezes é discutido como pessoas que modificaram seus corpos, transformaram seus corpos para que sirva a libido masculino e ao poder, e uma vez com isso nós queremos tirar a relação de poder do gênero masculino sobre os corpos do gênero feminino, e aí ultrapassa a questão de gênero ir para a orientação sexual e ir para a identidade de gênero, porque muitas vezes nós pedimos flexão de gênero aqui, mas nós esquecemos de fazer essa flexão de gênero o e a artigo com as pessoas trans. O que a CONATRAP? pode esperar da instituição? Hoje eu dei um exemplo, no sentido da Comigrar, quando nós estávamos, que eu sei que está terminando meu tempo, que é a contribuição que a Astral pode dar, e não só na minha pessoa, mas como dessa invisibilidade dessas pessoas para inserirem em grandes eventos, em oportunidades, para nós desmistificarmos que não existe diálogo e que essas pessoas não querem diálogo sobre esse determinado crime”.

A SRA. DALILA EUGÊNIA MARANHÃO DIAS FIGUEIREDO (ASBRAD) –“ Bom, está funcionando? Está marcando? Não tem problema. Na verdade, eu até já conversei com a Heloísa, porque se eu fui eleita para representar comitês, eu preciso sempre ficar conectada com os comitês. Nesse sentido, eu até já pedi a relação de todos os comitês já instalados no Brasil, conheço alguns na Amazônia, conheço vários deles, mas quero ter esse diálogo permanente com os comitês, e até fomentar a criação de novos comitês em locais que essa política pública ainda não foi instalada, mas na verdade é uma grande tarefa, não é tarefa fácil. E eu quero também deixar aqui que a Instituição ASBRAD pretende contribuir com a sua experiência em quase 20 anos de atendimento a vítimas de tráfico, mulheres, crianças, adolescentes, transgêneros brasileiros e estrangeiros. E já me despedindo de todas e todos, porque amanhã eu não estarei aqui em função de uma audiência que eu tenho na Vara da Infância, às 14h00. Obrigada pela paciência e generosidade. Muito obrigada, e tchau para todos e todas”.



SR. PEDRO PAULO BICALHO (CONASP) – “Bom, o CONASP espera do CONATRAP que o tema segurança pública aqui não seja reduzido à ação da política. E podem esperar do CONASP vontade de articulação e construção coletiva”

SR. MARCEL HAZEU (SODIREITOS) –“ A Sodireitos espera desse espaço um debate sobre aprofundamento no debate sobre tráfico, e o modelo de desenvolvimento em relação às grandes obras na Amazônia e no Brasil, nós esperamos também poder desconstruir, de certa forma, o discurso sobre a relação umbilical entre prostituição e tráfico de pessoas, e queremos trazer a voz e participação ativa das pessoas que vivenciaram tráfico dentro desse CONATRAP. Por isso, nós temos a contribuir, nós podemos mobilizar a Amazônia para levar esses debates e encaminhamentos do Conatrap para todos os estados da Amazônia, nós temos uma boa rede lá, e trazer para dentro aqui justamente essas pessoas que são a metade da nossa entidade formada por elas, nossa diretoria são pessoas que vivenciaram esta realidade”.

SRA. NILCE CUNHA RODRIGUES (MPF) – “Bom, o Ministério Público Federal... Desculpe, eu passei tanto tempo calada, que agora a voz não quer sair. O Ministério Público Federal, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão espera do CONATRAP que seja, eu vou ser assim bem objetiva, é o fortalecimento em âmbito geral do enfrentamento ao tráfico de pessoas, quer seja nas ações pontuais efetivas de combate, como também fortalecer a legislação em todas as nuances, em todos os viés que se trabalham no combate ao tráfico, porque assim, isso é mais um fórum que nós temos, estamos construindo esse fórum de ampla participação, para que se dê uma maior visibilidade ao fenômeno, porque só assim nós vamos conseguir realmente combater. E o que o CONATRAP pode esperar do Ministério Público Federal é exatamente a colaboração, a parceria, o compartilhamento e irmanado sempre nessa luta, lado a lado, que nós viemos lutando junto e vamos continuar lutando juntos, porque assim que eu considero que nós podemos avançar o Brasil, avançamos no combate”.



A SRA. VERÔNICA LOURENÇO (Conselho Nacional de Saúde) – “Bem, a perspectiva é bem de mão dupla, que a partir do diálogo, e uma coisa que nós planejamos no nosso, nós priorizamos no nosso planejamento, é o diálogo com os municípios através dos nossos conselhos estaduais e municipais de saúde. Então, é poder trazer essa interlocução da Saúde para dentro do Comitê, e também através tanto do pleno nacional como do diálogo que nós temos com os conselhos municipais, estaduais, e com a plenária e conselheiros, levar também essa discussão, e fortalecer o diálogo intersectorializado na perspectiva, inclusive, da saúde, mas também de toda a assistência previdenciária, porque lá tem vários atores também, e enfim, fortalecer o diálogo, e nos colocar à disposição”.

SRA. MICHELLE GUERALDI (Projeto TRAMA) – “Eu acho que como um consórcio da sociedade civil nós esperamos poder contribuir com a nossa visão, que é, vamos dizer assim, mais próxima à realidade, a ponta da implementação das políticas públicas, trazendo um pouco, assim, do que nós conhecemos da realidade, de alguns obstáculos que nós conhecemos, vivenciando, para que a política possa ser aprimorada. Eu acho que é isso, esse intercâmbio entre sociedade e governo mesmo, que eu estou percebendo que é o que o Contrap quer, e que eu estou percebendo que é o Governo que está aqui representado também deseja. Então, eu estou achando que via ser um intercâmbio muito bom”.

SRA. CARMEM ROCHA (DIVISÃO DE DIREITOS HUMANOS/POLÍCIA FEDERAL)
– “É o seguinte, a Polícia Federal espera do CONATRAP ouvir as suas necessidades e expectativas apresentadas, principalmente pela sociedade civil, para poder melhorar efetivamente sua investigação. E o CONATRAP pode esperar da Polícia Federal, em todas as suas ações, visando o efetivo enfrentamento ao tráfico de pessoas, que é o fim desse Comitê.”

SRA. FERNANDA DOS ANJOS (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –
“O que a SNJ espera do CONATRAP é que esse seja, de fato, um espaço de qualificação para a política nacional, e nesse sentido, dando as diretrizes para as



instituições brasileiras, e que esse seja o espaço que inclusive forje os avanços necessários para que essa política se efetive. E o que o CONATRAP pode esperar da SNJ, óbvio, é a mais plena disposição para que ele funcione com toda a sua capacidade, óbvio que no nosso limite de capacidade, que vocês viram pelo tamanho da nossa equipe. E pode esperar também uma disposição muito grande de compartilhar informações, nós estamos em um locus privilegiado, e nós temos esse dever desse compartilhamento de informações, que também vai servir de base para a nossa atuação permanente”.

SRA. GUILHERMINA CUNHA (Conselho Nacional Contra a Discriminação LGBT) – “A intenção do Conselho, além de monitorar o que se faz de enfrentamento ao tráfico de pessoas, é poder trabalhar também em parceria, junto com a nossa câmara técnica de enfrentamento à violência LGBT, onde nós temos os problemas de tráfico de mulheres e tráfico de travestis e transexuais. E assim como eu já falei o que nós esperamos, o que ele pode contar, o que o Comitê pode esperar do Conselho é essa parceria com a Câmara Técnica que trabalha o enfrentamento à violência LGBT”.

SR. ÉDEN MARTINGO (SPM) – “O que a SPM espera do CONATRAP é principalmente que seja um espaço de debate qualificado, e não apenas de debate, mas de formação de propostas e de pensamento crítico em relação ao tema do tráfico de pessoas em relação às políticas públicas de tráfico de pessoas realizadas no Brasil. Que na verdade ocupem um espaço e nos auxiliem, e que em temas em áreas em que a burocracia estatal, que empreende os planos e executa, que não tem condições de plenamente realizar, e que nos forneça todo esse potencial técnico de qualificação, também de sensibilidade social. E o que pode esperar da SPM é que nós continuamos as políticas públicas que nós temos de enfrentamento ao tráfico, e que estejamos sempre prontos a assimilar as deliberações, proposições, os debates e as críticas aqui do CONATRAP naquilo que nós já estamos fazendo e vamos continuar fazendo”.



SRA. WALDIMEIRY CORRÊA (UNIVERSIDADE TIRADENTES) – “Espero que seja um fórum de interlocução sobre as ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas, desde a experiência da sociedade civil, e desde a experiência governamental também. E que seja um fórum propício também de debate entre o conceito e as sinergias negativas entre os conceitos existentes quando se trabalha a problemática de tráfico de pessoas, e que se debata as diferentes modalidades de tráfico, não só internacional e interno, como também as modalidades de exploração que envolvem o tráfico. E a contribuição que vocês podem esperar, que eu penso que vocês podem esperar da Academia, é a difusão dos saberes, saberes críticos, e também a formação no tema de tráfico de pessoas, por exemplo, eu estou falando desde a posição de uma faculdade de Direito, na formação de profissionais com enfoque de direitos humanos, então, uma formação crítica para que saibam esses futuros profissionais trabalhem com esse conhecimento crítica do que é tráfico de pessoas, e qual a sua intersecção com os direitos humanos”.

SR. FABRÍCIO ROSA (POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL) – “A instituição que eu represento espera do CONATRAP talvez auxílio, porque apesar de nós desenvolvermos muitos projetos na área de tráfico de pessoas, eu sinto que boa parte da minha instituição ainda não entende muito a situação do tráfico de pessoas. E eu acho que instituição, talvez mesmo sem saber, mesmo os policiais, eles esperam auxílio no sentido de serem informados, de serem capacitados, para que não revitimizem, muitas vezes eles revitimizam acreditando que estão fazendo o correto. Então, eu acho que nós esperamos auxílio do CONATRAP no sentido de que nós possamos ser melhores enquanto policiais. E o que nós podemos propor, e eu falo enquanto Comissões de Direitos Humanos da PRF, é a nossa boa vontade, é a nossa forma, é a nossa fé, é a nossa crença na união”.



3.3- Resumo das colocações do Plenário sobre as expectativas com relação ao CONATRAP

- ✓ Discussão sobre tráfico de pessoas e a interface com a infância e adolescência;
- ✓ Construção de uma Metodologia para fluxos de atendimento;
- ✓ Não revitimização das mulheres que sofreram tráfico;
- ✓ Discussão sobre a condição de povos tradicionais e específicos;
- ✓ Conhecimento e atenção às áreas de fronteiras;
- ✓ Atenção às Convenções Internacionais, especialmente ao relatório da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW);
- ✓ Debate sobre a responsabilidade das empresas com o tráfico de pessoas;
- ✓ Debate sobre o tráfico de pessoas em grandes obras e eventos;
- ✓ Necessidade de avanços na discussão de gênero nos aspectos da orientação sexual e de Identidade de gênero;
- ✓ Diálogo permanente com os comitês estaduais e do Distrito Federal e o fomento na instalação de novos;
- ✓ Que a abordagem ao tema da segurança pública não se reduza à Polícia.
- ✓ Construção de espaço para que vítimas tenham voz de participação;
- ✓ Desvinculação da prostituição ao tráfico de pessoas;
- ✓ Diálogo com os municípios por meio dos conselhos municipais de saúde;
- ✓ Intercâmbio entre sociedade e governo no enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- ✓ Consideração das necessidades e expectativas da sociedade civil para aprimorar as investigações ;



- ✓ Construção de um espaço de qualificação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas;
- ✓ Ampliação do debate sobre todas as modalidades de tráfico de pessoas;
- ✓ Contribuição com a formação de profissionais da Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

O momento de harmonização das expectativas dos membros foi facilitado como numa metodologia de “tempestades de ideias” no qual todos os pensamentos deveriam ser expressos sem que houvesse uma atitude de julgamento. O resultado do momento foi muito produtivo porque a partir dele foi possível identificar os temas urgentes, que demandam maior atenção. As colocações supracitadas indicam que não houve a exposição de expectativas que estivessem destoantes das atribuições do CONATRAP e tampouco se apresentou um cenário de desejos conflituosos, quanto ao que se espera dessa instância. O que contribuiu com a produção do Planejamento Estratégico, no dia seguinte a esta atividade.

IV- Contrato de Grupo

No painel 07, a consultora do MJ/ UNODC, Graziella Rocha, fez uma tentativa de pactuação de um Contrato de Grupo para a definição de regras de ordem simbólica que deveriam nortear a atuação dos membros do CONATRAP. A apresentação foi conduzida até o final, conforme previsto, porém o contrato de grupo não foi pactuado pelos membros do CONATRAP. Alguns membros se manifestaram contrários a celebração deste contrato por compreenderem que a dinâmica estava buscando intervir nas relações próprias do CONATRAP de modo a evitar o dissenso.

Diante da ação contrária a pactuação do contrato de grupo a facilitadora tomou como opção apenas apresentar a proposta deixando em aberto para as futuras reuniões do CONATRAP que o grupo delibere acerca de suas regras de convivência.

A importância da realização do Contrato de Grupo foi destacada no Produto 02 da consultoria BRAX63 e debatida com a Secretaria Nacional de Justiça, entendendo ser este um momento de reflexão importante para o início das atividades dessa



instância nacional. Conforme discorre MOSCOVICI (1965)⁴ em seu ensaio *Laboratório de sensibilidade* a realização de um contrato simbólico de grupo é um instrumento poderoso para garantir o comprometimento dos integrantes do grupo e para estabelecer as regras de convivência, pois afinal, segundo a autora, toda a atividade humana em relações grupais, precisam de limites e de atitudes de respeito, que não devem ser explícitas e pactuadas. É fundamental que este contrato não seja imposto, mas compartilhado e construído de forma coletiva por todos.

Os elementos propostos no exercício para a produção do Contrato de Grupo foram baseados em pesquisa realizada, em 2013, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁵ em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), onde foi avaliada a percepção de conselheiros de 24 conselhos nacionais sobre os processos e resultados alcançados por esses colegiados. A pesquisa identificou que existem lacunas que são comuns nesses espaços, independentemente do tema tratado, da diversidade de sua composição e da periodicidade dos encontros. São elementos de ordem simbólica que muitas vezes não estão previstos nos seus Regimentos Internos e que na visão dos conselheiros nacionais acabam por criar constrangimentos a atuação nesses espaços. Como pontos de recomendação para melhoria na atuação desses espaços, o IPEA identificou a necessidade de:

- 1- Organização de reuniões com antecedência;
- 2- envio prévio de documentações que precisam ser lidas para a reunião;
- 3- definição de pautas enxutas e objetivas;
- 4- comprometimento dos membros em manter o foco no que se propõe naquele espaço; e respeito aos tempos de fala e proatividade no encaminhamento de demandas e deliberações.

Com base nos apontamentos do IPEA, a facilitadora propôs ao Plenário a criação de um contrato simbólico que regesse a atuação antes, durante e depois das reuniões que contemplassem tais recomendações e apresentassem um conjunto de regras simbólicas a serem pactuadas.

⁴ Conf. MOSCOVICI, F. *Laboratório de sensibilidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965. Disponível virtualmente em: < http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901969000300004.pdf>.

⁵ Conf.. IPEA. Conselhos Nacionais. Perfil e atuação dos conselheiros, Brasília, 2013.



Proposta contrato de Grupo

Espírito do Grupo:

- *Atitude de respeito aos colegas;*
- *Tolerância;*
- *Paciência ;*
- *Solidariedade.*

Antes das reuniões

- *Antecedência no envio de convites e da pauta;*
- *Agilidade para a confirmação de presença ou justificativa de ausência;*
- *Antecedência na emissão de passagens e pagamento de diárias;*
- *Leitura prévia dos documentos necessários para a reunião;*
- *Diálogo e consulta com as bases.*

Durante as reuniões

- *Respeito ao horário;*
- *Respeito aos temas da pauta;*
- *Respeito ao momento de fala:*
 - * *Ouvir é importante;*
 - * *Fala um por vez;*
 - * *Fala ao microfone;*

Produção de consenso:

- * *Atenção a ideia central que está em pauta;*
- * *Identificar pontos de qualificação da ideia;*
- * *Proposição de nova ideia;*
- * *Se o consenso não for possível- vota-se.*

Lembrar que o dissenso é rico que deve ser trabalhado e qualificado em Grupos de Trabalho.

Depois das reuniões

Prestação de contas;

Agilidade no cumprimento de deliberações e respostas;

Diálogo (feedback) com as bases.

Proposta não aderida.

O Plenário decidiu por não realizar o Contrato de Grupo e por incorporar a proposta apresentada apenas como um conjunto de sugestões.

V- Planejamento Estratégico⁶

A metodologia de funcionamento do CONATRAP levou em consideração a necessidade da elaboração de um Planejamento Estratégico com diretrizes mínimas neste primeiro biênio, de forma a nortear a atuação do Comitê neste período.

A decisão por facilitar esse momento com o objetivo de provocar o plenário a elaborar tal documento, logo em sua primeira reunião ordinária, foi tomada levando-se em consideração que, de acordo com seu decreto original, o mandato de uma gestão encerra-se em dois anos e que no orçamento do Ministério da Justiça estão previstas a realização de três reuniões anuais, o que faz com que esteja para o CONATRAP o desafio de produzir respostas rápidas aos anseios das instituições que o conformam e da própria sociedade e as necessidades da Política Nacional de ETP.

O processo de elaboração da oficina foi desenvolvido conjuntamente com a Coordenação Nacional de ETP em que a preocupação inicial era promover orientações aos conselheiros quanto a diferença entre a produção de um Planejamento das atividades do CONATRAP e as ações previstas no II Plano Nacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e que o plano desenvolvido deveria incorporar as expectativas dos membros, considerando suas atribuições legais e as possibilidades de condução do espaço.

A elaboração do Planejamento Estratégico foi desenvolvida em uma Oficina de Planejamento que buscou priorizar os debates em Grupos Temáticos, tal modelo buscou promover a interação dos conselheiros, uma vez que se tratava de um primeiro contato nessa posição e o debate mais aprofundado.

A oficina de elaboração do Planejamento Estratégico ocorreu das 9hrs às 14 hrs do dia 31 de janeiro de 2014. A atividade foi realizada com o objetivo de encontrar diretrizes para o início da atuação do CONATRAP, em que fossem incorporadas as expectativas e anseios de seus membros, identificadas no dia anterior, respeitadas as suas atribuições e considerando os limites de seus atores e de sua estrutura administrativa. O processo foi dividido em 04 momentos:

⁶ O detalhamento do processo de elaboração do Planejamento Estratégico do CONATRAP, incluído o registro fotográfico da atividade está descrito no Produto 05 desta consultoria Registro do planejamento estratégico do CONATRAP — primeiro mandato, e relatório do processo de facilitação e registro das discussões e dos encaminhamentos acordados sobre o tema.



I- Escolha dos Eixos Temáticos

Em uma seção de livre de debate, de duração de 1 hora, o grupo chegou ao consenso quanto a 04 eixos temáticos norteadores das ações do CONATRAP.

II- Elaboração de propostas em Grupos Temáticos

Após a validação das dos eixos temáticos que norteriam a elaboração do Planejamento Estratégico os integrantes do CONATRAP foram divididos livremente em 04 grupos, correspondentes aos eixos temáticos previamente determinados , respeitando o limite mínimo de 3 integrantes e máximo de 8.

Os Grupos de Trabalho deveriam debater e eleger 04 propostas para a atuação do CONATRAP. Os grupos foram orientados pelas facilitadoras do processo a elaborarem propostas claras, diretas e explícitadas: nenhuma ideia subentendida ou considerada óbvia demais que não precise de mais detalhes ou explicações. As propostas deveriam responder aos seguintes questionamentos: “ *O que fazer?*” e “*Como Fazer?*” , transcritas em cartazes e coladas nas paredes, de modo a facilitar a leitura por todos os membros do CONATRAP. A atividade se desenvolveu em 2 horas.

III- Qualificação das Propostas

Finalizada a etapa de definição das propostas, os cartazes foram colados nas paredes e os membros do CONATRAP individualmente foram orientados a observar as propostas dos Grupos de Trabalho distintos aos seus e, de forma indiscriminada, apensar nos cartazes cartões com sugestões de qualificação das propostas. Nessa etapa foi possível complementar as propostas, desmembrá-las ou até mesmo realizar novas sugestões, condizentes com o Eixo Temático. Ao processo de qualificação das propostas foi destinado 30 minutos.

IV- Priorização das Propostas

Ao término da elaboração dos cartazes finais, com a apresentação das propostas para o Planejamento Estratégico do primeiro biênio do CONATRAP, teve início o processo de priorização, onde, individualmente, cada membro deveria



eleger as duas propostas, por Eixo Temático, que deveriam receber tratamento prioritário.

Ao final do processo o CONATRAP conseguiu aprovar um Planejamento Estratégico com 12 objetivos a serem implementados em dois anos, divididos nos seguintes eixos temáticos: I- Fortalecimento e Articulação Institucional; II- Conhecimento, Socialização e Comunicação; III- Marco Legal; IV- Monitoramento e Orçamento.

VI- Estrutura funcional e administrativa

Após a definição do Planejamento Estratégico, no painel 11, conduzido por Fernanda dos Anjos, Diretora do DEJUS, e por Graziella Rocha, consultora MJ/UNODC, o plenário deliberou, por consenso, que a dinâmica de trabalho do CONATRAP será conduzida por Comissões Permanentes (CPs) e Grupos de Trabalho (GTs).

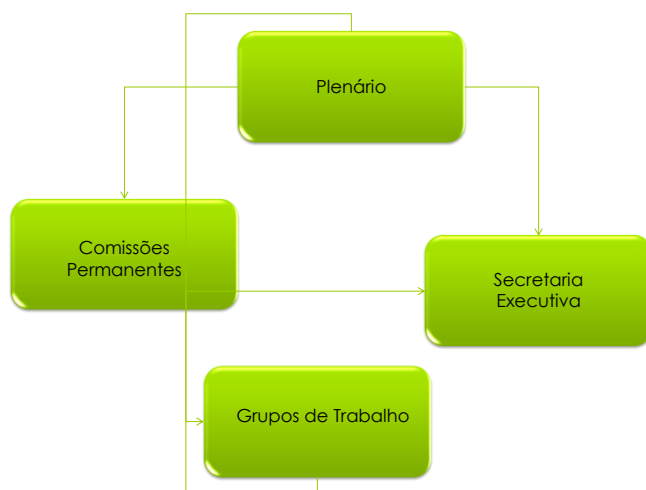
A dinâmica para a formação das Comissões Permanentes e dos Grupos de Trabalho se deu de forma livre pelo Plenário, que a partir da projeção em tela do resultado do Planejamento Estratégico teve a possibilidade de definir quais instâncias menores de concertação da política deveriam ser criadas para garantir o cumprimento das diretrizes acordadas. O Grupo produziu um conjunto de regras internas para a ocupação desses espaços:

1. Mínimo: 04 organizações e máximo: 08 organizações;
2. Assegurar paridade nas Comissões Permanentes sempre e nos GTs quando possível;
3. Representação Institucional;
4. Debate restrito aos membros e convidados de cada espaço;
5. Os representantes de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante podem se dividir para ocupar participação.

Após a definição das regras para a formação das CPs e GTs os conselheiros voluntariamente se colocaram para a ocupação do espaço. Fincando a seguinte estrutura administrativa acordada para o funcionamento do CONATRAP:



6. 1- Fluxograma da estrutura administrativa



I- Plenário

Fórum de deliberação máxima das deliberações do CONATRAP. Serão realizadas três reuniões ordinárias anuais, com a presença dos seus membros titulares e, em suas ausências, de seus respectivos suplentes. A pauta das reuniões plenárias poderá combinar temas apresentados pelo Governo Federal, proposições de qualquer membro, demandas dos Grupos de Trabalho. Ao Plenário é facultado elaborar informes, estudos especiais e pareceres sobre temas relacionados ao Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

II- Secretaria Executiva

Vinculada a estrutura da Coordenação Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, órgão da estrutura do Departamento de Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS), da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, a Secretaria Executiva do CONATRAP tem a atribuição de

supervisionar e coordenar a execução das ações relativas ao Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, reportando-se ao Secretário Nacional de Justiça. A Secretaria Executiva terá a finalidade de fornecer as condições necessárias para o funcionamento e cumprimento das competências do CONATRAP.

Ressalta-se que no painel IV da Reunião, a Sra. Heloisa Greco, Coordenadora Nacional de ETP, realizou uma apresentação das atividades realizadas pela Coordenação Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CETP) que continuarão a se desenvolver de forma concomitante com os trabalhos da Secretaria Executiva do CONATRAP. São as atividades da CETP destacadas pela coordenadora nacional na apresentação:

Áreas de atuação da Coordenação Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas:

1. Coordenação dos espaços de debate da política:

- Coordenação Tripartite;
- Grupo Interministerial de Monitoramento do IIPNETP;
- CONATRAP.
- Participação em Conselhos Federais: Conselho Deliberativo Federal (CONDEF), Conselho Nacional de Turismo, Comissão Intersectorial de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes

2. Comitês, Núcleos e Postos:

- Gestão de convênios;
- Organização de reuniões técnicas ;

3. Cooperação Internacional

Foros Multilaterais

MERCOSUL: Atuação nas Comissões Técnicas das Reuniões de Ministros de Interior e de Justiça. Produtos como: Guia de Atuação Regional para Detecção Precoce de Situações de Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira

COMJIB (Comissão de Ministros de Justiça dos Países Iberoamericanos): *Plano dos quatro Estados em Matéria de Prevenção e Criminalização do Tráfico de Pessoas e Proteção às suas vítimas (março de 2011)*

UNASUL: *Plano de Ação do Conselho UNASUL de Segurança Cidadã, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Delinquência Organizada Transnacional (abril – 2013)*

CPLP: *Declaração de Lisboa sobre a instituição de medidas comuns de prevenção e de combate ao tráfico de seres humanos (Plano 2013 - 2015)*

OEA: Atuação no Grupo de Trabalho da REMJA- Reunião de Ministros de Justiça e Procuradores-

Gerais: *Plano de Trabalho para Combater o Tráfico de Pessoas no Hemisfério Ocidental (2010-2012)*

3. Acordos Firmados e Diálogos bilaterais em andamento :

Portugal - Acordo de proteção às testemunhas vítimas ameaçadas (2012)

Bolívia – Comista Brasil e Bolívia

Guiana – reunião realizada em maio de 2013 em Boa Vista

Rússia – reunião realizada em agosto de 2013 em Brasília

Argentina – Cooperação em Matéria de Segurança Pública e de Justiça

Estados Unidos – reuniões bilaterais realizadas desde 2012

Egito – visita ao governo brasileiro em 2013

4. Projetos de Cooperação Técnica Internacional

ICMPD:

Migrações Transfronteiriças (MT Brasil): apoiar a implementação da rede de fronteira;
2013 - 2015

Itineris: proteger os direitos dos migrantes e contra a exploração do Brasil para a União Europeia
(Brasil, Portugal e Espanha)
2011-2014

Mieux (Brasil e Argentina) –Diagnóstico Binacional de Necessidade e Lacunas na Coleta de Dados
sobre Tráfico de Pessoas.
2012-2014

Jornadas Transatlânticas – realizar pesquisas e campanhas
2009-2011

UNODC:

Projeto BRAX63 (Implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas)

Partes: SNJ, UNODC, ABC/MRE

- **Vigência:** 2012 a 2014

Resultados Esperados:

1. Gestão Institucional da Política de ETP implementada;
2. Formação de Atores Envolvidos nas Ações de ETP;
3. Redes de Enfrentamento ao TP fortalecidas;
4. Mecanismos de Prevenção fortalecidos.

4. Gestão do Conhecimento:

4. Gestão do Conhecimento:

A SNJ organiza e dissemina informações sobre o tráfico de pessoas por meio de distintas ações:

1. Capacitação

2. Produção de Artigos, Estudos e Pesquisas
3. Organização de Prêmios
4. Grupo de Trabalho - Dados Criminais – Metodologia Integrada Coleta de Dados Nacionais
5. Produção de Relatórios Nacionais e Internacionais
6. Monitoramento PPA
7. Comunicação – informativos, fanpage, twitter, etc
8. Eventos

9. Acesso à Informação – SICs
10. Organização da Legislação
11. Análise de Projetos de Lei de ETP
12. Produção dos Cadernos Temáticos

6. Publicações atuais:

- Relatório de dados sobre Tráfico de Pessoas 2005-2011;
- II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- Guia de Referência para a Rede de Enfrentamento;
- Pesquisa Enaftron- Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteiras;
- Tráfico de Pessoas: Uma Abordagem para os Direitos Humanos.

7- Composição da Equipe :

- Coordenação: Heloisa Greco Alves
- Coordenação Adjunta: Lucicléia Souza e Silva Rollemberg
- Servidoras Técnicas:
 - Ângela Regina Cavaleiro Ansilheiro
 - Michelle Martins Souza
 - Priscilla Hoffmann Mercadante
- Servidora do Administrativo:
 - Franciele Nóbrega Caeiro
- Estagiárias Nível Superior:
 - Luisa Maria Silva Merico
 - Maria Eduarda Mesquita Caetano
- Estagiária Nível Médio:
 - Jennifer Souza Alves



A gama de atividades realizada pela Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas é um ponto sensível à metodologia de funcionamento do CONATRAP, porque ela evidencia que existem limites de recursos humanos designados a prestar o suporte técnico-administrativo, ao Plenário e às Comissões e Grupos de Trabalho. Esse arranjo deve estar claro aos membros, de modo que se busquem alternativas para o funcionamento do CONATRAP que consigam congregiar as suas atividades com a realidade de seu suporte técnico. O modelo administrativo ideal é que o CONATRAP tenha uma estrutura, com ao menos, um servidor disponível exclusivamente para atender as suas demandas.

III- **Comissões Permanentes:** organismos perenes de assessoria ao Plenário que buscam fornecer subsídios de discussão para a deliberação sobre a formulação da estratégia e controle da execução de políticas públicas.

IV- **Grupos de Trabalho (GTs):** são organismos instituídos para o assessoramento temporário ao plenário e/ou às Comissões Permanentes, com objetivos definidos e fixação de prazo para o seu funcionamento. Caberá aos GTs fornecer subsídios de ordem política, técnica, administrativa e jurídica ao CONATRAP.

A formação das Comissões Permanentes e os Grupos de Trabalho foi realizada modo livre entre os membros do CONATRAP respeitando os seguintes parâmetros:

São as seguintes **Comissões Permanentes** formadas⁷ para auxiliar a implementação do Planejamento Estratégico do CONATRAP, com indicações livres dos seus membros.

⁷ A metodologia e processo para a formação das Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho está descrita no Relatório de Registro do planejamento estratégico do CONATRAP, Produto 05 da consultoria BRAX63 elaborado por Graziella Rocha.



COMISSÃO PERMANENTE DE ARTICULAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ETP;

Sociedade Civil	Governo
Instituto Aliança com o Adolescente;	Conselho Nacional de Imigração;
Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos,	Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça
Conselho Nacional de Assistência Social;	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
Conselho Nacional de Saúde;	Núcleos Estaduais e do Distrito Federal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante;
CONVIDADO: Ministério Público Federal	

COMISSÃO PERMANENTE DE PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO;

Sociedade Civil/ Instituto de Pesquisa	Governo
Universidade Tiradentes - UNIT;	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;
Conselho Nacional de Segurança Pública;	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial;

COMISSÃO PERMANENTE DE COMUNICAÇÃO;

Sociedade Civil	Governo
Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás- ASTRAL – GO;	

COMISSÃO PERMANENTE MARCO LEGAL;

Sociedade Civil	Governo
Projeto Trama - Organização de Direitos Humanos Projeto Legal;	Secretaria Nacional de Segurança Pública
Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis Transexuais;	Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça;
	Núcleos Estaduais e do Distrito Federal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo

São os seguintes Grupos de Trabalhos formados para auxiliar a implementação do Planejamento Estratégico do CONATRAP, com eleições livres dos seus membros.

GT1- REGIMENTO INTERNO-

Sociedade Civil	Governo
Conselho Nacional de Saúde;	Núcleos Estaduais e do Distrito Federal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante;
Projeto Trama - Organização de Direitos Humanos Projeto Legal;	Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça,
Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis Transexuais;	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

GT2- COPA DO MUNDO-

Sociedade Civil	Governo
Instituto Aliança com o Adolescente;	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;
Davida - Prostituição Direitos Civis Saúde;	Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça;
Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia – SODIREITOS.	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; (a confirmar)

Observação do Processo: alguns conselheiros não estavam presentes no momento de definição das CPs e dos GTs e ficou-se acordado que haveria uma consulta virtual para a complementação desses espaços.

VII- Comunicação Interna e Externa

No painel IV, apresentado pela Sra. Heloísa Greco, Coordenadora Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, foram apresentados os instrumentos de comunicação interna e externa designados para facilitar a comunicação entre os membros e garantir visibilidade e transparência das ações do CONATRAP. A seguir demonstram-se tais instrumentos, validados pelo Plenário, para a atuação do CONATRAP:

- E-mail institucional da Secretaria Executiva: traficodepessoas@mj.gov.br
- Grupo virtual de comunicação interna: conatrap@googlegroups.com
- Logomarca:

Comitê Nacional de
ENFRENTAMENTO AO
TRÁFICO DE PESSOAS
CONATRAP



Figura 11- Logomarca CONATRAP.

- Site virtual: portal.mj.gov.br/conatrap

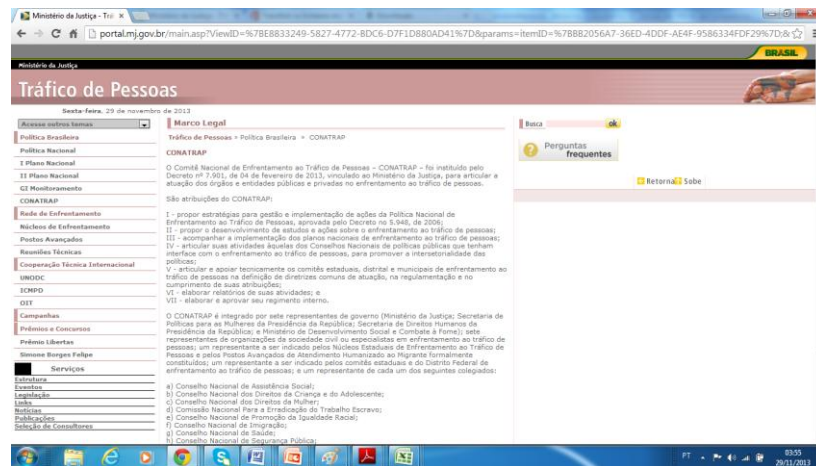


Figura 12- Tela página virtual do CONATRAP no Portal do Ministério da Justiça.

A página do CONATRAP no portal do Ministério da Justiça será moderada pela Secretaria Executiva e será uma ferramenta que irá comportar todos os documentos oficiais e informes relevantes para a sociedade.

- Portal Participa: WWW.participa.br/conatrap-traffic-de-pessoas



Figura 13- Tela página virtual do CONATRAP no Portal Participa.br.

[Handwritten signature]

O **participa.br** é um portal inteiramente construído em software livre, com tecnologia nacional, tecnologia brasileira, que pretende ser muito mais do que uma página da internet ou repositório de documentos, informações e textos, um espaço de interação, uma rede social permanente entre governo e sociedade. Ele possibilita dentre outras atividades a promoção de audiências públicas por meio virtual, que comitês, órgãos colegiados consigam dialogar com a sociedade, dar publicidade aos seus atos e receber informações. A comunidade do CONATRAP no **participa.br** será moderada pela secretaria executiva em parceria com a Comissão Permanente de Comunicação.

VIII- Considerações sobre o processo de facilitação e registro das discussões e dos encaminhamentos acordados no CONATRAP.

A I Reunião ordinária do CONATRAP foi a primeira vez em que os membros recém-empossados tiveram contato entre si, nesta posição. Esse foi o momento de reconhecimento e adesão ao espaço e de delineamento da dinâmica própria de atuação dessa nova instância nacional. Portanto, não é possível realizar avaliações da efetividade da metodologia de funcionamento proposta. Tal avaliação deverá ser realizada em momento futuro quando tais decisões e ações estiverem cristalizadas.

Com relação ao processo de facilitação da metodologia adotado na reunião é possível realizar alguns comentários críticos e tecer algumas sugestões que poderão ser incorporadas na dinâmica do CONATRAP e validadas em reuniões futuras para o aprimoramento das suas atividades.

No que condiz à estrutura e a pauta da reunião, foi possível identificar que os membros se mostraram satisfeitos com a organização da reunião, em dois dias consecutivos. Houve apontamentos da necessidade de expansão da estrutura,



nas próximas reuniões, para três dias consecutivos e da previsão de encontros reservados, das Comissões Permanentes e das Organizações da sociedade civil.

O plenário acordou a possibilidade de realização de reuniões descentralizadas. Sendo a primeira já agendada para ocorrer em maio de 2014, na cidade de São Paulo, durante a Conferência Nacional para Migrações e Refúgio (COMIGRAR). Nos termos da metodologia de funcionamento proposta tal decisão vai de encontro com a indicação de realizações descentralizadas, de modo à empoderar as políticas locais de ETP e melhorar a integração do CONATRAP com outros setores e esferas não representados nesse espaço. Entende-se que as reuniões descentralizadas são importantes para aproximar o CONATRAP das realidades locais, para contribuir com a visibilidade do tema nas agendas dos Estados e municípios e para propiciar maior articulação da rede. Esta sugestão foi apresentada na proposta metodológica e debatida no curso da I Reunião Ordinária. Porém, não houve momentos de debates sobre as regras para a definição das localidades das reuniões descentralizadas e para o convite dos observadores. Sugere-se que tais regras sejam debatidas em momentos futuros a fim de garantir transparência ao processo decisório. É recomendável que elas estejam no Regimento Interno, a ser elaborado e aprovado pelo plenário em reunião oportuna.

Das colocações sobre o conceito de tráfico de pessoas foi possível identificar que ainda existem lacunas e divergências conceituais com relação ao modo como a Política e o ordenamento jurídico compreendem o fenômeno. Porém, não ocorreram disputas com relação os aspectos conceituais problematizados pelos conselheiros.

Um ponto especialmente chamou atenção desse momento de debates sobre o conceito e merece ser comentado. Muitas categorias são utilizadas habitualmente em documentos e atos oficiais, tais como: trabalho escravo, homofobia, raça, exploração sexual e prostituição, porém, elas guardam em si peculiaridades que foram apontadas pelos membros do CONATRAP e que precisam ser melhores compreendidas, especialmente quando associadas ao



tema do tráfico de pessoas. De uma forma harmônica o Plenário compreendeu que é preciso *priori* aprofundar o conhecimento sobre o que é o fenômeno do tráfico de pessoas, os termos e temas correlatos, e seus impactos no Brasil. Esse aspecto impactou na deliberação pela Comissão de Conhecimento e Pesquisa.

O CONATRAP deve ter bastante atenção às categorias utilizadas, pois a tendência é que esse espaço seja reconhecido como a instância máxima de concertação da política de ETP, apontando diretrizes nacionais. Sugere-se que os membros produzam um glossário com termos usuais relacionados à política de ETP para nortear as ações do CONATRAP e produzir um alinhamento de conhecimento.

Com relação às expectativas apresentadas foi possível perceber que os membros possuem grandes anseios com relação à atuação do CONATRAP. Com destaque para a influência desse espaço na interface do tema do tráfico de pessoas com grupos minoritários e/ou em situação de vulnerabilidade, tais como: crianças e adolescentes; mulheres, população LBGT, povos tradicionais e específicos; populações de regiões de fronteiras e como relação a atenção dada ao relatório da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Tais expectativas reveladas indicam a assertividade na definição do modelo de integração de colegiados nacionais adotado na composição dos seus atores, que em muito poderão contribuir para a qualificação desses debates.

A análise global dos debates travados indica que não há revelado entre os conselheiros, representantes dos diversos segmentos representados, interesses dicotômicos com relação a identidade do CONATRAP, a sua forma de atuação e aos temas que serão trabalhados.

De certa forma, todas as colocações apresentadas foram complementares entre si e não antagônicas. O que propiciou inclusive a definição de um Planejamento Estratégico com diretrizes mínimas, e a formação das Comissões Permanentes e dos Grupos de Trabalho, aprovados pelo Plenário.



Ainda que esses instrumentos sofram modificações no curso da atuação do CONATRAP, estas são importantes ferramentas para traçar as diretrizes e promover dinamicidade aos trabalhos que serão desenvolvidos. Imediatamente após a I Reunião, por exemplo, os Grupos de Trabalho começaram a comunicar-se virtualmente, provendo a troca de saberes e conteúdos.

Com relação ao processo elaboração do Planejamento Estratégico, destaca-se apenas que o objetivo de traçar diretrizes mínimas foi alcançado, contudo, a realização da atividade seria mais produtiva se fosse designado mais tempo para a sua realização. Houve no desenho metodológico proposto pouco tempo disponível para debates mais aprofundados do plenário. Com relação as divisões das CPs e dos GTs entende-se que a metodologia foi acertada e que a quantidade de grupos definidas está de acordo com as diretrizes do Planejamento Estratégico e com as possibilidades administrativas de prover a interação desses espaços.

No que se refere a dinâmica e a interação do grupo é possível afirmar que houve uma interlocução positiva entre os membros. Inclusive nos momentos de *coffee break* e almoços foi possível identificar interações entre o grupo como um todo e não apenas dos representantes setores específicos entre si.

Foram pontuais os momentos de tensão da I Reunião e nenhuma decisão tomada com base no processo de votação. Os momentos de conflitos estiveram presentes no inicio da aprovação da pauta, quando houve cobranças, por parte de entidades da sociedade civil organizada, quanto ao comprometimento do Ministério da Justiça e os demais Ministérios, que possuem assentos nesse espaço, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres e a Secretaria de Direitos Humanos, ambas da Presidência da República, quantos aos procedimentos a serem adotados para produzir prestações de contas para o CONATRAP, com relação aos recursos destinados no II Plano Nacional de ETP e para garantir a própria estrutura de suas reuniões. O que gerou um acordo de ponto para a pauta para a reunião seguinte e, com relação a metodologia de



funcionamento, a criação de uma Comissão Permanente de Monitoramento e Orçamento.

Outro ponto que ocasionou um debate mais prolongado referiu-se a atenção que está sendo dada pelo Governo Federal, no enfrentamento do tráfico de pessoas em decorrência dos eventos internacionais e aos grandes empreendimentos que estão sendo instalados no país. Essa colocação, logo no início da Reunião, impactou na metodologia de funcionamento, quando, a partir dos debates travados, foi determinada a construção de um GT específico para tratar do Tema da Copa do Mundo.

Ressalta-se, ainda o momento do contrato de grupo, àquela única atividade proposta na metodologia que não conseguiu ter aderência do CONATRAP, como um ponto deficitário do processo de facilitação realizado.

Alguns fatores interferiram para o não êxito da atividade, como o fato dela ter sido realizada no final da tarde, do primeiro dia de reuniões, após o acúmulo do cansaço e de muitas informações transferidas. No momento da atividade o grupo estava disperso e com a atenção pouco focada.

Outra falha identificada foi que não houve comunicação prévia com os membros para consulta sobre a necessidade da realização desse contrato simbólico e da metodologia que seria adotada para a sua produção. O que foi interpretado como uma ação *top of down* do Ministério da Justiça, o que não foi a intenção quando da decisão pela proposição da atividade.

Vale ressaltar que, a pauta da reunião foi enviada com antecedência para o grupo sem que houvessem contribuições prévias. Muitas vezes, pode haver descompasso com relação a construção da pauta de discussão e o que efetivamente o coletivo quer discutir como prioritário. Uma vez que o contrato de grupo não foi pactuado, sugere-se que, em uma dinâmica futura se construa com plenário um *timeline* de ações que deverão ser realizadas antes e após as reuniões, de modo a organizar o processo. No quadro disposto no anexo deste documento segue uma sugestão de agenda permanente.



No que se refere aos instrumentos de comunicação interna e externa destacados para o CONATRAP, entende-se que são de suma importância para garantir o contato ágil e constante dos membros nos interregnos das reuniões presenciais e para garantir transparência às suas ações. Entretanto, o debate sobre as regras de utilização dessas ferramentas, como por exemplo, os conteúdos que serão postados no portal do Ministério da Justiça e no portal Participa.br não foram definidos. Bem como, os membros que contribuirão para essa produção. A voluntariedade de apenas uma conselheira para compor a Comissão Permanente de comunicação evidencia que o tema foi sobrevalorizado nas preferências do CONATRAP, entretanto, é a comunicação o objeto alicerce desse espaço. Portanto, sugere-se que de algum modo o tema da comunicação volte a ser debatido pelo plenário.

Por fim, sugere-se que o processo de avaliação da metodologia de funcionamento do CONATRAP seja inserido como ponto prioritário a ser realizado no próximo ano, como forma de ajuste da metodologia adotada e preparação das ações no ano seguinte. Igualmente que seja realizada uma avaliação da eficácia e efetividade do Planejamento Estratégico de das ações e resultados alcançados pelas Comissões Permanentes e os Grupos de Trabalho.



ANEXOS

- A) *Timeline* CONATRAP
- B) Cópias das Listas de Presença assinadas.
- C) Apresentação da metodologia de funcionamento do CONATRAP.

a) Agenda de organização dos processos do CONATRAP



ATIVIDADE	PRAZO FINAL	DESCRIÇÃO
<p>(Antes da Reunião) 1- Envio por e-mail pela Secretaria Executiva de convite para a Reunião do CONATRAP com indicação da pauta do dia.</p>	30 dias corridos antes da Reunião.	O convite deve ser endereçado aos membros titulares e devem conter as datas e os locais onde as reuniões serão realizadas.
<p>(Antes da Reunião) 2- Envio dos membros ao “Google grupos” de acréscimos à pauta do dia e documentos de leitura prévia à reunião.</p>	25 dias corridos antes da reunião.	
<p>(Antes da Reunião) 3- Envio por e-mail pelos membros titulares de confirmação de presença ou justificativa de ausência na reunião.</p>	20 dias corridos antes da Reunião.	Os membros devem confirmar por e-mail a presença na reunião e os locais de origem para emissão de passagens aéreas. Em caso de ausência dos titulares deverá ser indicada se haverá a presença do membro suplente e imediato envio das informações necessárias para emissão das passagens aéreas.
<p>(Antes da Reunião) 4- Envio pela Secretaria Executiva de bilhetes aéreos e depósitos de diárias.</p>	07 dias corridos antes da reunião.	
<p>(Após a Reunião) 5- Envio de prestação de contas.</p>	03 dias corridos após a reunião.	Os membros deverão preencher relatório de viagens e apresentar cópias dos bilhetes aéreos.